

**RR 51-61.2010.5.04.0733 – Publicação: DEJT 12.04.2013**

Relator: Min. Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira

Recorrente: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Recorrida: IMPORTADORA E EXPORTADORA DE CEREAIS S.A.

**DECISÃO:** , por unanimidade, conhecer do recurso de revista, por violação do art. 5º, X, da Carta Magna, e, no mérito, **dar-lhe provimento, para condenar a ré ao pagamento de indenização por dano moral coletivo, no importe de R\$ 50.000,00, a ser revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.** Custas pela reclamada, reduzidas para R\$ 2.000,00, calculadas sobre o valor ora arbitrado à condenação.

**EMENTA: RECURSO DE REVISTA. 1. NULIDADE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.**

Preliminar que se deixa de examinar, com base no art. 249, § 2º, do CPC. **2. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL COLETIVO. REVISTA ÍNTIMA. CONFIGURAÇÃO.** 2.1. A CLT consagra o poder diretivo do empregador (art. 2º), que se manifesta por meio do controle, vigilância e fiscalização dos seus empregados. Tal poder encontra limites também legalmente traçados. Ninguém pode tudo. Os poderes de qualquer indivíduo, de qualquer instituição, para além do que trace o ordenamento, estão limitados não só pelo que podem os outros indivíduos e instituições, mas, ainda, pelo que, legitimamente, podem exigir na defesa de seus patrimônios jurídicos. 2.2. A Constituição da República (arts. 1º, inciso III, e 5º, *caput* e incisos III e X) tutela a privacidade e a honra, coibindo práticas que ofendam a dignidade da pessoa humana e constituam tratamento degradante. O art. 373-A, inciso VI, da CLT, por seu turno, traz vedação expressa à revista íntima - embora dirigido às mulheres empregadas, é passível de aplicação aos empregados em geral, em face do princípio da igualdade também assegurado pelo Texto Maior. **2.3. Ao assumir os riscos de seu empreendimento (CLT, art. 2º), o empregador toma a si a obrigação de adotar providências que garantam a segurança de seu patrimônio, iniciativa que encontrará larga resposta por parte da tecnologia moderna. 2.4. Não há nada e nenhuma norma que autorize o empregador ou seus prepostos a obrigar empregados a apresentar seus pertences para revistas. 2.5. Não há revista íntima razoável. O ato em si constitui abuso de direito e, diante do regramento constitucional, é ilícito. O direito de propriedade não se estende a ponto de permitir ao empregador dispor da intimidade de seus empregados, submetendo-os, cruelmente, a humilhações, às quais se curvam pela necessidade de conservação do emprego. Não é razoável tolerar-se a recusa a valor tão básico, cuja reiteração, por certo, redunde em rigorosa modificação do espírito e em irrecusável sofrimento para o trabalhador. 2.6. Pergunta-se como reagiriam empregador, seus prepostos e, ainda, aqueles que sustentam tal comportamento, acaso submetidos a diárias revistas íntimas. Não se crê que, então, sustentassem-nas com tal vigor. 2.7. São inapreensíveis por outrem os direitos pessoais à preservação da dignidade, intimidade, privacidade e honra. 2.8. Infligindo dano moral, obriga-se o empregador à indenização correspondente (CF, art. 5º, X). Precedentes desta Corte.** Recurso de revista conhecido e provido.

